



PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS



CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, – PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E, DE OUTRO LADO, – COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS - CIGÁS, NA FORMA ABAIXO:

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, sociedade de economia mista, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile nº 65, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 33.000.167/0001-01, representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada "**PETROBRAS**";

COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS – CIGÁS, sociedade de economia mista, com sede na Av. Tefé nº 3.279, 2º andar, Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ sob o nº 00.624.964/0001-00, representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada "**CIGÁS**".

CONSIDERANDO:

- a decisão do Governo Federal em aumentar a participação do gás natural na matriz energética nacional;
- que, conforme disposto no parágrafo 2º do Artigo 25, da Constituição da República, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 5, de 15 de agosto de 1995, cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado, na forma da lei;
- que, conforme contrato de concessão firmado com o Governo do Estado do Amazonas e a Lei Estadual 2.325, de 08 de maio de 1995, e suas alterações, publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas de 03 de novembro de 2004, a Cigás é a concessionária exclusiva, pelo prazo de 30 (trinta) anos, dos serviços públicos de distribuição de gás no Estado do Amazonas;
- que cabe ao Estado do Amazonas, na forma do artigo 25 parágrafo 2º da Constituição Federal, de 05.10.88, explorar diretamente, ou mediante concessão a empresa estatal, com exclusividade de distribuição, os serviços locais de gás canalizado naquele Estado;

Têm justo e acordado celebrar o presente CONTRATO de compra e venda de gás natural, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES

Quando grafados em maiúsculas neste CONTRATO, os termos abaixo terão o significado atribuído nesta Cláusula, seja no plural ou no singular:

ANO – significa cada período de doze MESES, ao longo de toda a vigência do CONTRATO:

- (a) que se iniciará às 0h (zero hora), horário de Brasília, DF, do dia de INÍCIO DE FORNECIMENTO (no caso do primeiro ANO) ou de seu aniversário (nos demais ANOS).
- (b) e terminará: às 24h (vinte e quatro horas), horário de Brasília, DF, da véspera do DIA correspondente ao de início do ANO subsequente.

ARBITRAGEM – define-se no item 17.1.

ÁRBITRO (PRIMEIRO ÁRBITRO, SEGUNDO ÁRBITRO, TERCEIRO ÁRBITRO) – é cada um dos



integrantes do TRIBUNAL ARBITRAL, designados conforme item 17.1.3.

AVISO – significa qualquer instrumento por escrito passado de uma PARTE à outra PARTE, exigido ou permitido, nos termos deste CONTRATO, para notificar, indicar, comunicar, confirmar, informar ou solicitar, o qual deverá ser entregue no endereço do destinatário, podendo ser entregue (a) pessoalmente, mediante protocolo, (b) por carta certificada ou registrada, com franquia paga na origem e aviso de recebimento, (c) por fac-símile, cujo recebimento seja confirmado pelo destinatário ou (d) por serviço de correio expresso e contínuo, reconhecido internacionalmente, com todas as despesas de porte e entrega pagas pelo remetente.

CALORIA – significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura desde 14,5°C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5°C (quinze vírgula cinco graus Celsius) à pressão absoluta de 1,033 kgf/cm² (um vírgula zero trinta e três quilograma força por centímetro quadrado).

CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA: Para medição volumétrica, considera-se a temperatura de 20°C e pressão absoluta de 1,033 kgf/cm² e para correção do PCS, considera-se o poder calorífico de 9400 kcal/m³.

CONTA DE PAGAMENTOS - significa a conta bancária a ser aberta e mantida pela CIGÁS, caso exigido na forma deste CONTRATO, na qual serão efetuados todos os pagamentos (i) a serem recebidos pela PETROBRAS previstos neste CONTRATO e (ii) decorrentes dos contratos de compra e venda de gás natural para o setor industrial que a CIGÁS venha a celebrar ou tenha celebrado com seus clientes, que será regulada pelo contrato que constitui o Anexo I do presente CONTRATO.

CONTRATO – significa este Contrato de Compra e Venda de GÁS e seus anexos, assim como aditivos, adendos e modificações acordadas e assinadas pelas PARTES.

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÁS PETROBRAS - significa o contrato de fornecimento de gás celebrado nesta data, entre a CIGÁS e a PETROBRAS, na qualidade de PARTES, e a Manaus Energia S/A, a Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS e as Centrais Elétricas Do Norte Do Brasil S/A- ELETRONORTE, na qualidade de Intervenientes-Anuentes, para fornecimento de GÁS a ser adquirido pela Manaus Energia para geração termelétrica, assim como aditivos, adendos e modificações acordadas e assinadas.

DIA –significa o período de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas que se inicia e termina à 0:00 (zero) hora, horário de Brasília, DF.

DOCUMENTO DE COBRANÇA – significa qualquer fatura, duplicata, nota de débito ou título emitido bem como qualquer outro documento, por uma PARTE para cobrança de valor que deva ser pago, nos termos do CONTRATO, pela outra PARTE.

EQUIPAMENTO DE MEDIÇÃO – consiste dos sistemas primários e secundários de medição de volume de GÁS, temperatura e pressão, conversores e transmissores, computadores de vazão, integradores, registradores e equipamentos para transmissão de dados.

ESTAÇÃO DE MEDIÇÃO E REGULAGEM DE PRESSÃO (EMRP) – significa as instalações da PETROBRAS ou do TRANSPORTADOR, conforme venha a ser designado pela PETROBRAS, destinadas a regular a pressão e a medir e registrar os volumes, pressões e temperaturas do GÁS objeto do CONTRATO.

li

[Handwritten signature]



FALHA NO FORNECIMENTO – significa qualquer situação caracterizada pela ocorrência, em determinado DIA, em qualquer PONTO DE ENTREGA, de qualquer dos seguintes fatos:

- a) falta de disponibilidade de GÁS segundo a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA, seja total ou parcial;
- b) desconformidade em relação às especificações do GÁS definidas no item 4.1;
- c) descumprimento de qualquer das condições de entrega do GÁS definidas no item 8.1.1;

excetuando-se qualquer das seguintes hipóteses em que não se configurará FALHA NO FORNECIMENTO:

- i. ser o fato motivado por FORÇA MAIOR ;
- ii. ser o fato imputável exclusivamente à CIGÁS ou aos seus clientes;
- iii no caso da alínea (b) acima, ter havido prévia concordância da CIGÁS, conforme procedimento descrito no item 4.2, em receber o GÁS fora da especificação ou em desconformidade com o disposto no item 4.1, observado ainda o disposto no item 4.3.

FORÇA MAIOR - qualquer evento ou combinação de eventos que se enquadrem nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no artigo 393 e em seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro e observadas as condições e situações previstas na Cláusula Treze do Contrato.

GÁS – significa a mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais e que se encontra no estado gasoso à temperatura de 20°C (vinte graus Celsius) e à pressão absoluta de 1,033 kgf/cm² (um vírgula zero trinta e três quilograma força por centímetro quadrado).

GÁS FORA DE ESPECIFICAÇÃO – significa o gás natural que não atenda aos requisitos previstos no item 4.1.

INÍCIO DE FORNECIMENTO – é a data a partir da qual a PETROBRAS, quando solicitada, colocará GÁS à disposição da CIGÁS no PONTO DE ENTREGA. Tal data corresponderá à data de "início de fornecimento comercial" conforme definida no CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÁS PETROBRAS

LAUDO ARBITRAL – é o laudo definitivo (conforme itens 17.1.5 e 17.1.6) a ser apresentado pelo TRIBUNAL ARBITRAL às PARTES em procedimentos de solução de controvérsias.

MÊS - significa, para o primeiro mês, um período que se inicia no dia de INÍCIO DE FORNECIMENTO e termina as 24:00 h do último DIA do mês calendário em que tenha ocorrido essa data e, nos demais meses, significa o período que se inicia as 0:00 hs do primeiro DIA de um mês calendário e termina as 24:00 h do último DIA deste mesmo mês. "Mensalmente" será interpretado do mesmo modo.

METRO CÚBICO (m³) – significa o volume de GÁS que, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA do GÁS, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

PARADAS PROGRAMADAS – são situações que demandem a interrupção no fornecimento, para fins de manutenção ou reparo, tecnicamente recomendada, em:



- (i) instalações e equipamentos da PETROBRAS ou do TRANSPORTADOR ou condutos vinculados ao fornecimento do GÁS pela PETROBRAS à CIGÁS;
- (ii) instalações e equipamentos da CIGÁS, observado o disposto no item 11.1.3.1;

situações essas que, para os motivos de direito previstos neste CONTRATO, deverão enquadrar-se, respectivamente, nos termos estabelecidos nos itens 11.1.3 e seus subitens.

PARCELA DA COMMODITY - significa a parcela do PREÇO DO GÁS referente ao GÁS propriamente dito, conforme definido na Cláusula Quinta.

PARCELA DO TRANSPORTE - significa a parcela do PREÇO DO GÁS referente ao transporte do GÁS, conforme definido na Cláusula Quinta.

PARTE(S) - quando o termo for empregado no singular, significa, individualmente, a PETROBRAS ou a CIGÁS e, quando empregado no plural, significa PETROBRAS e CIGÁS em conjunto.

PARTE AFETADA - significa a PARTE que invocar a ocorrência de evento de FORÇA MAIOR, nos termos da Cláusula Treze.

PERITAGEM - é o procedimento de solução de controvérsia previsto no item 17.3.

PERITO - é o técnico qualificado conforme item 17.3.2 que seja designado para fins de solução de controvérsia por PERITAGEM.

PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR) - significa o PCS de 9.400 kcal/m³ (nove mil e quatrocentas QUILOCALORIAS por METRO CÚBICO).

PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) - é o poder calorífico em base seca, que corresponde à quantidade de energia liberada na forma de calor, na combustão completa de uma massa definida de gás que ocupa o volume de 1 m³, na temperatura de 20°C e à pressão absoluta de 0,101325 MPa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco milionésimos Mega Pascal), com o ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retomando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. Sua unidade de medida será kcal/ m³.

PONTO DE ENTREGA - significa os locais onde o GÁS será colocado à disposição da CIGÁS e onde se dará a transferência de propriedade deste, conforme estipulado na Cláusula Oitava.

PREÇO DO GÁS (PG) - significa o preço de venda do GÁS, nos PONTOS DE ENTREGA, composto das parcelas referentes ao preço do GÁS (*Commodity*) e ao seu transporte, em REAIS por MMBTU, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, conforme definido na Cláusula Quinta.

QUANTIDADE DE GÁS - significa volume de GÁS, expresso em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) - define-se na Cláusula Terceira.



QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) – significa a QUANTIDADE DE GÁS que a PETROBRAS, após solicitação da CIGÁS, tenha programado para colocar à disposição da CIGÁS, no PONTO DE ENTREGA no correspondente DIA, em conformidade com o estipulado na Cláusula Nona

QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) – significa a soma de todas as QUANTIDADES MEDIDAS, em cada PONTO DE ENTREGA, durante determinado período, deduzida a QUANTIDADE RECUPERADA neste mesmo período.

QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) – significa a QUANTIDADE DE GÁS que, segundo as regras deste CONTRATO e observado o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL, a CIGÁS solicite à PETROBRAS para que, em determinado DIA, coloque à sua disposição em PONTO DE ENTREGA, observado o disposto na Cláusula Onze.

QUANTIDADE MEDIDA (QM) – significa a QUANTIDADE DE GÁS que, segundo apuração feita pelo SISTEMA DE MEDIÇÃO DA ESTAÇÃO DE MEDIÇÃO E REGULAGEM DE PRESSÃO (EMRP), tenha sido entregue à CIGÁS no DIA. Para fins de correção da QUANTIDADE MEDIDA, utilizar-se-á o fator resultante da divisão do PCS médio diário do GÁS no DIA, apurado no ponto mais próximo do PONTO DE ENTREGA, onde haja amostragem do GÁS para análise em laboratório ou em cromatógrafo em linha, pelo PCR, com arredondamento na quarta casa decimal.

QUANTIDADE FALTANTE (QF) - significa, a cada DIA, a diferença positiva entre a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA e a QUANTIDADE DE GÁS efetivamente disponibilizada no PONTO DE ENTREGA nesse mesmo DIA.

QUANTIDADE NÃO RETIRADA –significa, em determinado DIA, uma QUANTIDADE DE GÁS que a CIGÁS tenha retirado a menor que seu compromisso de recebimento previsto no item 10.2, apurada na forma do item 11.2.

QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA – significa o saldo acumulado em QUANTIDADE NÃO RETIRADAS DE GÁS, apurado na forma da cláusula Onze, que tenham sido pagas pela CIGÁS, podendo ser recuperada pela CIGÁS no prazo e nas condições previstas neste CONTRATO.

QUANTIDADE RECUPERADA (QRC) —significa uma QUANTIDADE DE GÁS que, em determinado período de faturamento, conforme regras estabelecidas na Cláusula Onze, seja recuperada pela CIGÁS e deduzida de seu saldo de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA.

QUILOCALORIA (kcal) – significa 1.000 (mil) CALORIAS, que equivale a 3,9683 BTU (três inteiros, nove mil, seiscentos e oitenta e três décimos de milésimos de British Thermal Units).

REAL OU R\$ – significa a moeda legal em curso no Brasil (no plural, REAIS ou R\$).

TRANSPORTADOR - significa a(s) empresa(s) prestadora(s) do serviço de transporte de GÁS NATURAL no trecho situado entre Urucu e Manaus, com a(s) qual(is) a PETROBRAS, por sua conta e risco, firme Contrato de Transporte de GÁS NATURAL.

TRIBUNAL ARBITRAL – significa o tribunal mencionado na Cláusula Dezessete.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

h

[Handwritten signature]



- 2.1 - O objeto do CONTRATO é a venda, por parte da PETROBRAS, e a compra, por parte da CIGÁS, de GÁS, para distribuição no Estado do Amazonas, a todos os segmentos do mercado, excluído o de geração termelétrica na qual a energia elétrica produzida seja destinada à venda à Manaus Energia S/A.

CLÁUSULA TERCEIRA – QUANTIDADE

- 3.1 - A partir do INÍCIO DE FORNECIMENTO, a QUANTIDADE DE GÁS máxima que a PETROBRAS se compromete a disponibilizar para a CIGÁS a cada DIA no PONTO DE ENTREGA e que a CIGÁS poderá solicitar a cada DIA da PETROBRAS é 500.000 m³ (quinhentos mil metros cúbicos) por DIA ("QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL").
- 3.2 - Ao término do quinto ANO contado do INÍCIO DE FORNECIMENTO COMERCIAL, a CIGÁS estará obrigada a informar à PETROBRAS qual a QDC será aplicada para o prazo remanescente do CONTRATO, observadas as seguintes condições e regras: (i) a QDC a vigor do início do sexto ANO até o término do CONTRATO deverá ser informada a PETROBRAS com 180 (cento e oitenta) DIAS de antecedência ao término do quinto ANO do CONTRATO, (ii) a QDC a ser informada pela CIGÁS poderá ser de no máximo 500.000 m³ (quinhentos mil metros cúbicos) por DIA, devendo, ainda, permanecer fixa para cada DIA remanescente do prazo do CONTRATO, (iii) a QDC a ser informada pela CIGÁS deverá ser idêntica à QUANTIDADE DE GÁS que venha a ser reduzida do CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÁS PETROBRAS na forma do item 4.1 do referido contrato. Cumprido o procedimento e os requisitos previstos neste item, as PARTES deverão celebrar aditivo ao presente CONTRATO estabelecendo a QDC conforme a QUANTIDADE DE GÁS informada pela CIGÁS.
- 3.3 - Quaisquer solicitações da CIGÁS não amparadas pelas disposições deste CONTRATO, serão atendidas ou não pela PETROBRAS, e caso atendidas, tal ato não poderá ser interpretado como modificação ou novação de qualquer dispositivo deste CONTRATO.

CLÁUSULA QUARTA – QUALIDADE

- 4.1 - O GÁS a ser entregue pela PETROBRAS à CIGÁS deverá atender às especificações que se enquadram no Regulamento Técnico ANP Nº 003/02, anexo à Portaria Nº 104, de 08 de julho de 2002, da ANP, ou as que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente.
- 4.2 - Sempre que a PETROBRAS tiver ciência de que poderá vir a fornecer GÁS FORA DE ESPECIFICAÇÃO nos PONTOS DE ENTREGA, aplicar-se-á o disposto a seguir:
- a PETROBRAS emitirá AVISO informando: (a) quais seriam os prováveis itens em desconformidade e os respectivos desvios de qualidade; e (b) a previsão de restabelecimento da qualidade especificada;
 - após o recebimento do AVISO de que trata o inciso acima, a CIGÁS deverá, por meio de AVISO à PETROBRAS, informar se aceita ou não receber o GÁS FORA DE ESPECIFICAÇÃO. A falta de manifestação da CIGÁS, no prazo estabelecido, será considerada como opção da CIGÁS de não receber o GÁS FORA DE ESPECIFICAÇÃO isentando a PETROBRAS de quaisquer penalidades e/ou responsabilidade por danos que possam ser eventualmente causados aos clientes da CIGÁS pela desconformidade informada no item (i).

4



PROTOCOLO
09/11

- iii. se a CIGÁS informar que não aceita o GÁS FORA DE ESPECIFICAÇÃO ou não se manifestar no prazo estabelecido no AVISO na forma do item acima, mas, mesmo assim, retirar o GÁS nos PONTOS DE ENTREGA, após o prazo estabelecido no AVISO na forma do item (ii) acima, a PETROBRAS estará isenta de quaisquer penalidades e/ou responsabilidade por danos que possam ser eventualmente causados aos clientes da CIGÁS pela desconformidade informada;
- iv. caso a CIGÁS aceite o GÁS FORA DE ESPECIFICAÇÃO estará desconfigurada a FALHA NO FORNECIMENTO, estando isenta a PETROBRAS de qualquer penalidade ou reparação à CIGÁS;
- v. os prazos referentes aos AVISOS previstos nesta cláusula, assim com as respectivas respostas, serão estabelecidos de comum acordo entre as PARTES, previamente ao INÍCIO DE FORNECIMENTO.

Caso a PETROBRAS entregue o GÁS fora da especificação prevista no item 4.1, sem ter enviado tempestivamente o AVISO a que se refere o item 4.2(i) ou tenha enviado o referido AVISO após a disponibilização do Gas Fora de Especificação no Ponto de Entrega as seguintes regras serão aplicáveis:

- a) se, em decorrência da desconformidade apresentada pelo GÁS e em havendo o nexo causal, a CIGÁS e/ou quaisquer clientes da CIGÁS, vierem a sofrer danos em seus equipamentos, causado de forma determinante pelo GÁS FORA DE ESPECIFICAÇÃO, então, salvo se a desconformidade tiver decorrido de FORÇA MAIOR, a PETROBRAS:
 - i. arcará com as penalidades cabíveis para os casos de FALHA NO FORNECIMENTO, conforme o período em que a aludida FALHA NO FORNECIMENTO tenha ocorrido, até que sejam reparados os danos em tempo razoável;
 - ii. pagará à CIGÁS, como reparação única e exigível, a título de indenização os custos devidamente comprovados, incorridos na reparação dos equipamentos que tenham sido comprovadamente danificados pela utilização do GÁS FORA DE ESPECIFICAÇÃO, desde que tais custos sejam razoáveis em face da urgência, necessidade e valor dos equipamentos danificados;
 - iii. poderá retirar, às suas expensas, líquidos de propriedade da PETROBRAS porventura acumulados no tanque de condensados. A retirada e todos os procedimentos necessários, inclusive fiscais e financeiros, relativos à entrega dos líquidos à PETROBRAS, deverão ser acordados pelas PARTES;
 - iv. deduzirá do faturamento, referente ao MÊS em que tenha ocorrido a FALHA NO FORNECIMENTO a que se refere este item, a QUANTIDADE DE GÁS objeto da referida FALHA NO FORNECIMENTO.

4.4 Independentemente das análises que a CIGÁS efetue, a PETROBRAS deverá verificar a qualidade do GÁS fornecido, mediante análises cujos resultados serão

986025 - v1
[Handwritten signature]



encaminhados à CIGÁS em periodicidade compatível com a frequência de apuração estipulada para cada quesito, respeitando, pelo menos, o disposto na Portaria ANP 104/2002 ou na Lei que vier a substituí-la. Deverá ser previamente acordado pelas PARTES, o laboratório em que o GÁS será analisado.

- 4.5 - Ocorrendo divergência entre os resultados de verificações de qualidade efetuadas pelas PARTES, cada uma delas deverá dar livre acesso à outra PARTE para acompanhar a amostragem e a análise do GÁS, visando ao estabelecimento de uma solução para a pendência.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1 O PREÇO DO GÁS (PG) nos PONTOS DE ENTREGA e nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, é expresso em REAIS por MMBTU, composto da soma da PARCELA DE COMMODITY e da PARCELA DO TRANSPORTE e é determinado da seguinte forma:
- 5.1.1 Entre a data de assinatura do CONTRATO e o término do décimo terceiro ANO o PREÇO DO GÁS é:
- 5.1.2 Para QUANTIDADES DE GÁS em volume de até 400.000 (quatrocentos mil) METROS CÚBICOS faturados, a qualquer título (fornecimento e compromissos das cláusulas dez e onze) o PREÇO DO GÁS, entre a data de assinatura do CONTRATO e o término do quinto ANO é o valor equivalente a 110% (cento e dez por cento) do "preço do gás" vigente e definido no CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÁS PETROBRAS e do início do sexto ANO até o término do décimo terceiro ANO o PREÇO DO GÁS é o valor equivalente a 120% (cento e vinte por cento) do "preço do gás" vigente e definido no CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÁS PETROBRAS. O valor da PARCELA DO TRANSPORTE para as QUANTIDADES DE GÁS de que trata este item será o valor equivalente a 100% da "parcela de transporte" vigente no CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÁS PETROBRAS, conforme reajustado na forma do CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÁS PETROBRAS e o valor da PARCELA DA COMMODITY será o resultado da diferença entre o PREÇO DO GÁS definido neste item 5.1.2 e a PARCELA DO TRANSPORTE, conforme definida neste item. O PREÇO DO GÁS será corrigido no mesmo período e na mesma forma prevista no CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÁS PETROBRAS.
- 5.1.3 Para QUANTIDADES DE GÁS em volume superior a 400.000 (quatrocentos mil) METROS CÚBICOS faturados, a qualquer título (fornecimento e compromissos das cláusulas dez e onze) o PREÇO DO GÁS será o valor equivalente à média do trimestre anterior à data de assinatura do CONTRATO do preço de venda do óleo combustível 1 A (OC 1 A), para a Região Norte, conforme publicado pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, convertido para MMBTU. O valor da PARCELA DO TRANSPORTE para as QUANTIDADES DE GÁS de que trata este item será o valor equivalente a 100% da "parcela de transporte" vigente no CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÁS PETROBRAS, conforme reajustado na forma do CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÁS PETROBRAS e o valor da PARCELA DA COMMODITY será o resultado da diferença entre o PREÇO DO GÁS definido neste item 5.1.3 e a PARCELA DO TRANSPORTE, conforme definida neste item. O PREÇO DO GÁS será reajustado a cada período de 12 MESES em função da variação do preço de venda do óleo combustível 1 A (OC 1 A), para a Região Norte, conforme publicado pela Agência Nacional do Petróleo – ANP no período. Caso tal reajuste resulte em um PREÇO DE GÁS inferior ao "preço do gás" CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÁS PETROBRAS, conforme



reajustado neste mesmo período, será aplicado para os 12 (doze) MESES subsequentes o "preço do gás" do CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÁS PETROBRAS.

- 5.2 Após o encerramento do período a que se refere o item 5.1 acima até a data de término do CONTRATO, o PREÇO DO GÁS aplicável para toda a QUANTIDADE DE GÁS faturada, a qualquer título (fornecimento e compromissos das cláusulas dez e onze) será o valor a que se refere o item 5.1.3, reajustado na forma ali prevista..
- 5.3 As PARTES reconhecem que uma variação no preço de venda do óleo combustível 1 A (OC 1 A), para a Região Norte durante o período de 12 MESES mencionado nos itens 5.1 e 5.2 pode causar um desequilíbrio na equação economico-financeira inicial do CONTRATO. De modo a evitar os efeitos adversos de tal desequilíbrio as PARTES concordam que a cada período de 3 MESES contados da data de assinatura do CONTRATO deverá ser verificado se existe diferença entre o PREÇO DO GÁS e o valor do preço de venda do óleo combustível 1 A (OC 1 A), para a Região Norte, vigente na referida data. Caso exista tal diferença, as PARTES se obrigam a repactuar o PREÇO DO GÁS de modo a que este passe a refletir o preço de venda do óleo combustível 1 A (OC 1 A), para a Região Norte então vigente ou o "preço do gás" do CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÁS PETROBRAS, o que for maior.
- 5.3.2 Caso o preço de venda do óleo combustível 1 A (OC 1 A), para a Região Norte, não seja mais publicado, as PARTES deverão eleger nova publicação de preço de venda do óleo combustível 1 A (OC 1 A) como referência. Caso as PARTES não cheguem a um acordo no prazo de 15 dias a questão deverá ser resolvida através de PERITAGEM. Enquanto a questão não for resolvida será aplicado o IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas como índice de reajuste.
- 5.4 A PETROBRAS oferecerá à CIGÁS, para as QUANTIDADES DE GÁS cujo preço esteja vinculado ao preço médio de venda do óleo combustível 1 A (OC 1 A), as condições de preço mais favoráveis que a PETROBRAS venha conceder em contratos de fornecimento de gás, exceto geração termelétrica, firmados após a assinatura deste CONTRATO (i) a qualquer concessionária de gás canalizado na Região Nordeste, excluindo-se para este item o gás natural produzido no Campo de Manati, por ser um gás de uso restrito em função das suas características e (ii) para as demais concessionárias de gás canalizado no Brasil, condicionado, nesta hipótese, a que o sistema de transporte de gás natural da Região Nordeste esteja interligado ao da Região Sudeste, observando-se, em qualquer dos casos, as seguintes condições abaixo:
- (a) só serão considerados, para efeitos do previsto neste item, os preços vigentes para qualquer concessionária de gás canalizado referida no *caput* que estejam vinculados diretamente ao preço do óleo combustível 1 A (OC 1 A). Caso nenhuma das distribuidoras de gás canalizado a que se refere o *caput* deste item tenham os preços de seus contratos de fornecimento de gás vinculados ao preço do óleo combustível 1 A (OC 1 A), a CIGÁS poderá optar, ao seu exclusivo critério, pela aplicação das mesmas condições de preço e demais obrigações comerciais praticadas na Região Nordeste, imputáveis à PETROBRAS e às distribuidoras de gás canalizado;
 - (b) observada a condição acima, será considerado o preço do gás mais vantajoso aplicado para as distribuidoras que se enquadrem no previsto neste item;
 - (c) o período de aplicação do previsto neste item será correspondente ao período no qual vigorarem as condições de preço mais favoráveis concedidas a uma determinada concessionária de gás canalizado;

6

#86025 - v1



- (d) A PETROBRAS não estará obrigada a conceder as condições de preço mais favoráveis de que trata este item desde que possa comprovar que as mesmas estão associadas e foram concedidas em razão de alguma condição contratual mais favorável à PETROBRAS em relação àquelas assumidas pela CIGÁS neste CONTRATO (ou que tenha sido assumida em menor grau pela CIGÁS). Nesta hipótese, a CIGÁS ainda terá o direito às condições de preço mais favoráveis, desde que concorde em aceitar as mesmas condições contratuais assumidas pela outra concessionária de gás canalizado

- 5.5 Em qualquer hipótese prevista nesta Cláusula, o PREÇO DO GÁS, para qualquer QUANTIDADE DE GÁS, não poderá ser inferior ao preço do gás praticado no CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL, PETROBRAS- CIGÁS.
- 5.6 Estão incluídos no PREÇO DO GÁS todos os impostos, taxas, contribuições, inclusive parafiscais, emolumentos e royalties que sejam devidos diretamente em virtude da execução do CONTRATO e/ou do seu objeto, excetuado o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações – ICMS, a contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, a Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS ou a Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP que serão acrescidos ao PREÇO DO GÁS quando do faturamento.
- 5.6.1 Excetuados os tributos incidentes sobre a renda, tais como, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, quaisquer tributos inclusos no PREÇO DO GÁS (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) federais, estaduais e municipais, "royalties" existentes, que venham a ser alterados (inclusive incentivos fiscais, isenções e/ou reduções e majorações) ou novos, que venham a ser criados e que sejam devidos em decorrência direta do presente CONTRATO ou de sua execução deverão resultar na alteração do PREÇO DO GÁS, para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA SEXTA – FATURAMENTO, FORMA E GARANTIAS DE PAGAMENTO

- 6.1 - O valor a ser pago pela CIGÁS pelo fornecimento do GÁS objeto do presente CONTRATO será obtido pela multiplicação do PREÇO DO GÁS aplicável vigente em cada DIA de fornecimento, estabelecidos na Cláusula Quinta, pela QUANTIDADE MEDIDA.
- 6.2.- Os fornecimentos de GÁS serão sempre faturados pela PETROBRAS, por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA, no dia 15 (quinze) e no último DIA de cada MÊS, e o seu pagamento deverá ser efetuado na forma do item 6.2.1 ou do item 6.2.2 abaixo.
- 6.2.1 - Salvo o disposto no subitem 6.2.2, o DOCUMENTO DE COBRANÇA poderá ser pago pela CIGÁS, em moeda corrente do País, no prazo de 2 (dois) dias úteis após sua disponibilização no sistema eletrônico franqueado à CIGÁS. Nesta hipótese, ao valor de pagamento serão acrescidos encargos financeiros percentualmente iguais aos aplicados pela PETROBRAS nas vendas de gás natural canalizado, calculados "pro rata tempore" para o período compreendido entre a data média de entrega do GÁS e a data de vencimento do respectivo DOCUMENTO DE COBRANÇA — ou seja, 8 (oito), 9 (nove) ou 10 (dez) dias, para períodos de faturamento de 13, 14/15 e 16 dias, respectivamente.
- 6.2.2 - Caso seja do interesse da CIGÁS, o pagamento do DOCUMENTO DE COBRANÇA poderá ser efetuado até o 9º (nono) dia corrido seguinte ao dia de faturamento — ou no primeiro dia útil subsequente, caso não seja aquele um dia útil. Nesta hipótese, ao valor de



pagamento serão acrescidos encargos financeiros, calculados "pro rata tempore" para o período compreendido entre a data média de entrega do GÁS e a data de vencimento do respectivo DOCUMENTO DE COBRANÇA — ou seja, 15 (quinze), 16 (dezesesseis) ou 17 (dezesete) dias, para períodos de faturamento de 13, 14/15 e 16 dias, respectivamente.

- 6.2.3 - Face às alternativas descritas nos itens 6.2.1 e 6.2.2, a CIGÁS deverá comunicar sua opção de pagamento à PETROBRAS, por AVISO, até o 3º (terceiro) dia útil anterior à correspondente data de faturamento, estabelecida conforme item 6.2, valendo tal AVISO por tempo indeterminado, até que seja feita nova AVISO em contrário.
- 6.2.4 Nos faturamentos acima previstos serão consideradas as QUANTIDADES RECUPERADAS, quando aplicável na forma prevista neste CONTRATO.
- 6.3 - No caso de os pagamentos serem efetuados com atraso, o seu montante estará sujeito à atualização monetária, com base na variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas - FGV) — ou outro índice que venha a substituí-lo — acrescido de juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês, tudo "pro rata tempore" e considerando o período entre a data de pagamento e a de vencimento, além de multa de 2% (dois por cento) sobre o montante principal atualizado. Caso o IGP-M seja extinto e não seja oficialmente substituído por outro índice, as PARTES acordarão um novo índice para atender ao mesmo fim.
- 6.4 - A CIGÁS deverá instituir em favor da PETROBRAS garantia bancária ou garantia similar, neste último caso desde que acordado pelas PARTES, irrevogável e executável ao primeiro pedido, de valor equivalente a 45 (quarenta e cinco) dias de fornecimento, conforme abaixo:

GARANTIA = 45 . QDC. PG, onde:

GARANTIA - valor da garantia expresso em moeda nacional.

QDC- QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), em m³/dia, conforme Cláusula Terceira;

PG - PREÇO DO GÁS, em moeda nacional, conforme item 5.1 e subitem 5.1.1 da Cláusula Quinta, vigente na data da instituição da garantia ou de cada restabelecimento, conforme subitem 6.6.4 desta Cláusula.

- 6.4.1- Tal garantia deverá ser emitida por uma instituição financeira de primeira linha e seus termos deverão ser previamente aprovados pela PETROBRAS, com 20 (vinte) dias de antecedência da instituição da referida garantia, que deverá ser instituída no máximo até a data do INÍCIO DE FORNECIMENTO.
- 6.4.2 - A garantia em questão deverá conter cláusula de atualização de seu valor, com base na variação do PREÇO DO GÁS, conforme Cláusula Quinta.
- 6.4.3 - Caso a CIGÁS atrase o pagamento de qualquer fornecimento, a PETROBRAS terá o direito de executar a garantia. O valor da garantia a ser executado será correspondente ao valor do fornecimento devido e não pago acrescido dos encargos moratórios, conforme item 6.3 desta Cláusula, decorridos desde a data do vencimento até a data da efetiva liberação dos recursos pelo banco garantidor.
- 6.4.4 - A CIGÁS obriga-se a restabelecer a garantia no prazo de até 5 (cinco) dias da



AVISO por parte da PETROBRAS de sua execução. O não restabelecimento da garantia dará à PETROBRAS o direito de fornecer Gás à CIGÁS somente mediante pagamentos antecipados, até que tal inadimplência seja sanada.

- 6.4.5 - A CIGÁS estará dispensada da apresentação da garantia para o cumprimento de suas obrigações de pagamento, prevista no item 6.4, desde que a CIGÁS apresente garantia(s) executável(is), nos moldes previstos neste item, contratada(s) por seus clientes que adquirem o GÁS objeto deste CONTRATO que possa ser executada de imediato pela PETROBRAS sem necessidade de qualquer procedimento adicional ou prévio no caso de não cumprimento das obrigações de pagamento de tais clientes perante a CIGÁS, e que tais garantias (i) alcancem o mesmo valor da garantia prevista no item 6.4 e (ii) os clientes sejam obrigados a cumprir com as regras previstas nos itens 6.4.1, 6.4.2 e 6.4.4 do presente CONTRATO.
- 6.4.6 - A PETROBRAS poderá suspender a qualquer momento, mediante AVISO à CIGÁS, o fornecimento de GÁS objeto do presente CONTRATO, total ou parcialmente, no caso de não atendimento do disposto no item 6.4 ou em qualquer de seus subitens.
- 6.5 - Caso a CIGÁS opte pela apresentação da garantia na forma do item 6.4.5, adicionalmente às obrigações ali previstas, a CIGÁS se obriga a fazer com que todos os pagamentos devidos a ela por seus clientes em seus contratos de compra e venda de gás sejam efetuados única e exclusivamente na CONTA DE PAGAMENTOS. O Contrato da CONTA DE PAGAMENTOS deverá ser assinado até a mesma data em que a CIGÁS apresente a garantia na forma do item 6.4.5. Caso a CIGÁS descumpra com tal obrigação deverá instituir em favor da PETROBRAS, no prazo de 5 (dias) contados do inadimplemento da obrigação, a garantia bancária a que se refere o item 6.4 devendo a PETROBRAS devolver a CIGÁS as garantias porventura entregues pela CIGÁS na forma do item 6.4.5.

h



6.6 - Havendo controvérsia sobre importância cobrada de uma à outra PARTE e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:

a) Qualquer montante controverso relacionado com valores faturados pela PETROBRAS até o montante que representem um valor equivalente a soma (i) da QDC, expressa em MMBTU, multiplicada pelo número de DIAS do MÊS a que se refira o DOCUMENTO DE COBRANÇA pela PARCELA DO TRANSPORTE, (ii) 0,7 QDC, expressa em MMBTU, multiplicada pelo número de DIAS do MÊS a que se refira o DOCUMENTO DE COBRANÇA pela PARCELA DA COMMODITY aplicável; deverá ser integralmente pago na data do vencimento pela CIGÁS, mesmo que exista controvérsia sobre estes valores, devendo a CIGÁS, por ocasião do pagamento, informar detalhadamente o montante controverso e as razões da controvérsia. A PETROBRAS deverá no prazo de 15 (quinze) dias enviar AVISO à CIGÁS informando se concorda ou não com a impugnação apresentada pela CIGÁS. Caso a PETROBRAS concorde com a impugnação da CIGÁS ou caso seja decidido que o montante controverso pago era indevido, a PETROBRAS deverá compensar tal montante no prazo de até 15 (quinze) dias, acrescido dos encargos financeiros a que se refere o item 6.3, aplicados *pro rata* entre a data de início da controvérsia e a data do efetivo pagamento, excluída a multa. Caso o pagamento não seja efetuado no prazo supra citado, adicionalmente aos encargos será aplicada a multa prevista no item 6.3.

b) Qualquer montante controverso relacionado com valores faturados pela PETROBRAS que superem os montantes supra citados, bem como de quaisquer outros DOCUMENTOS DE COBRANÇA emitido por qualquer PARTE, deverá ser retido pela parte reclamante na data do pagamento, devendo ser efetuado apenas o pagamento do montante incontroverso e nesta ocasião ser informado detalhadamente o montante controverso e as razões da controvérsia. Caso a PARTE reclamada concorde com os motivos expostos pela PARTE reclamante deverá dar quitação à PARTE reclamante. Uma vez resolvida a controvérsia, caso seja decidido que o montante controverso retido era devido, a Parte reclamante deverá pagar o montante controverso retido, no prazo de até 15 (quinze) dias, acrescido dos encargos financeiros a que se refere o item 6.3, aplicados *pro rata* entre a data de início da controvérsia e a data do efetivo pagamento, excluída a multa. Caso o pagamento não seja efetuado no prazo supra citado, adicionalmente aos encargos será aplicada a multa prevista no item 6.3.



6.6.1 - Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma PARTE à outra, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:

- a) a PARTE que discordar da importância já paga deverá emitir AVISO sobre a controvérsia à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia;
- b) se a PARTE reclamada concordar com a reclamante, emitirá AVISO com a sua concordância e restituirá a esta, no prazo máximo de 10 (dez) DIAS, a importância, que havia sido objeto de controvérsia, acrescida dos encargos moratórios a que se refere o item 6.3, excluída a multa;
- c) se a PARTE reclamada não concordar com a reclamante, emitirá AVISO com o seu desacordo e a controvérsia será resolvida .
- d) A controvérsia a que se refere este item 6.6 poderá ser suscitada pela PARTE interessada no prazo máximo de 2 (dois) anos contados da data do pagamento do DOCUMENTO DE COBRANÇA questionado.

CLÁUSULA SÉTIMA – MEDIÇÃO

7.1 - A medição diária do GÁS fornecido à CIGÁS será efetuada por meio dos EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO instalados nas ESTAÇÕES DE MEDIÇÃO E REGULAGEM DE PRESSÃO (EMRP), instalada no PONTO DE ENTREGA. A PETROBRAS será responsável pela operação, manutenção, calibração e ajustes dessas ESTAÇÕES DE MEDIÇÃO E REGULAGEM DE PRESSÃO (EMRP).

7.1.1- No caso inexistência ou falha dos EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO da PETROBRAS, serão adotados, para efeito de medição do GÁS entregue à CIGÁS no período de indisponibilidade desses equipamentos, os seguintes critérios, nesta ordem:

- 1º) leitura dos medidores da CIGÁS, desde que os EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO da CIGÁS atendam aos mesmos procedimentos previstos no item 7.2;
- 2º) estimativas de consumo acordadas entre as PARTES, baseadas na média das medições dos EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO da PETROBRAS correspondentes aos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data de ocorrência da falha; ou
- 3º) somatório dos volumes medidos nos medidores instalados nos consumidores à jusante da CIGÁS.

7.1.2.- No caso previsto no subitem 7.1.1, a PETROBRAS deverá, às suas expensas, ter acesso às instalações de medição, a fim de, através de seus representantes credenciados, verificar as condições de funcionamento dos medidores. Os eventuais líquidos serão retirados na forma do item 4.3(a)(iii) acima.

7.2 - Ressalvado o disposto no item 7.1, a apuração da QUANTIDADE MEDIDA de GÁS fornecida será feita pela PETROBRAS, em dias e horários por ela pré-estabelecidos, e comunicados à CIGÁS, mediante AVISO, sendo facultado a esta última o acompanhamento da mencionada apuração, aplicando-se os seguintes procedimentos, conforme o tipo de medidor instalado:



- a) Medidor tipo placa de orifício: procedimentos descritos no API-MPMS 14.3 ("Natural Gas Fluids Measurement - Concentric, Square-Edged Orifice Meters") ; Part 2 - Specification and Installation Requirements Fourth Edition; documento AGA Report No 3, Part 2 and GPA 8185-00, Part 2") ou em suas revisões subseqüentes;
 - b) Medidor tipo turbina: procedimentos descritos no "MEASUREMENT OF FUEL GAS BY TURBINE METERS - Transmission Measurement Committee Report nº 7" publicado pela "AGA-American Gas Association", ou em suas revisões subseqüentes;
 - c) Medidor tipo ultra-sônico: procedimentos descritos no AGA Report nº 9 ("Measurement of Gas by Multipath Ultrasonic Meters");
 - d) Medidor tipo rotativo: procedimentos descritos no "AGA ANSI B109.3 - Rotary Type Gas Displacement Meters" ou em suas revisões subseqüentes;
 - e) Para os tipos de medidores indicados nos itens a, b, c, o fator de supercompressibilidade deverá ser considerado conforme os procedimentos descritos no "COMPRESSIBILITY AND SUPERCOMPRESSIBILITY FOR NATURAL GAS AND OTHER HYDROCARBON GASES - Transmission Measurement Committee Report Nº 8", publicado pela AGA - American Gas Association, ou suas revisões subseqüentes. Quando determinações experimentais, devidamente comprovadas pelas PARTES indicarem desvio apreciável dos valores calculados, concorda-se-á num procedimento a ser seguido para determinação desse fator; e
 - f) Para os tipos de medidores indicados nos itens "a", "b", "c" e "d", a medição eletrônica diária de gás, se aplicável, deverá ser considerada conforme os procedimentos descritos no documento API-MPMS 21.1 ("Manual of Petroleum Measurements Standards Chapter 21 - Flow Measurement Using Electronic Metering Systems; Section 1 - Electronic Gas Measurement") ou em suas revisões subseqüentes.
- 7.3 - O período entre calibrações de campo deverá obedecer a Portaria Conjunta ANP/INMETRO Nº 1 ou em suas revisões subseqüentes para cada ponto de entrega, a partir do início do fornecimento.
- 7.4 - A calibração dos instrumentos utilizados nessa aferição serão providenciados pela PETROBRAS, conforme padrões aferidos por órgão institucional competente, sempre com aviso prévio de 5 (cinco) dias úteis à CIGÁS, de forma a possibilitar que esta, se o desejar, se faça representar para o acompanhamento dos trabalhos.
- 7.4.1 - Na ausência de representantes da CIGÁS, a PETROBRAS fará a calibração dos instrumentos, sem que assista à CIGÁS direito a qualquer reclamação.
- 7.5 - A calibração dos medidores e instrumentos da CIGÁS será providenciada pela CIGÁS, conforme padrões rastreados e estabelecidos pelo órgão institucional competente, devendo a PETROBRAS receber AVISO da realização do evento com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência, de forma a possibilitar que esta se faça representar para o acompanhamento dos trabalhos.



- 7.5.1 - Na ausência de representantes da PETROBRAS, a CIGÁS fará a calibração, sem que assista à PETROBRAS direito a qualquer reclamação.
- 7.6 - A CIGÁS poderá solicitar calibração extra, mediante justificativa escrita. Se os medidores da PETROBRAS forem considerados aferidos será cobrado da CIGÁS o custo da referida aferição.
- 7.7 - Sempre que os medidores da PETROBRAS forem considerados desaferidos, após efetuada sua calibração, será determinado tecnicamente pela PETROBRAS o respectivo fator de correção, sendo facultado à CIGÁS o acompanhamento dos procedimentos de cálculo. O fator de correção será obtido com base nas informações constantes dos relatórios de calibração, mediante simulação para cálculo da vazão a partir dos valores médios das variáveis de processo. Uma vez elaborados os cálculos, será lavrado um termo, que, se aceito, será subscrito por ambas as PARTES sem ressalvas.
- 7.7.1 - Nenhuma correção será aplicável nos casos em que a correção for de até 1,5% (um e meio por cento), para mais ou para menos, prevalecendo então as QUANTIDADES DE GÁS registradas pelos EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO.
- 7.7.2 - Estando perfeitamente definido o período em que os medidores estiverem desaferidos, as correções maiores, para mais ou para menos, que o índice estabelecido no subitem 7.7.1, serão aplicadas sobre as quantidades efetivamente registradas naquele período pelos EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO.
- 7.7.3 - Não sendo conhecido o período em que os medidores estiveram desaferidos, as correções maiores, para mais ou para menos, que o índice estabelecido no subitem 7.7.1, serão aplicadas sobre as QUANTIDADES DE GÁS registradas pelos EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO nos últimos 60 (sessenta) dias de fornecimento. Caso tenha sido realizada uma calibração dos EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO dentro desses 60 (sessenta) dias, o fator de correção apurado será aplicado às QUANTIDADES DE GÁS registradas na segunda metade do período compreendido entre (i) a calibração em que se apurou o fator de correção e (ii) a calibração imediatamente anterior.
- 7.8 - Sempre que os medidores da CIGÁS forem considerados desaferidos, após efetuada sua calibração, será determinado tecnicamente pela CIGÁS o respectivo fator de correção, sendo facultado à PETROBRAS o acompanhamento dos procedimentos de cálculo. O fator de correção será obtido com base nas informações constantes dos relatórios de calibração, mediante simulação para cálculo da vazão a partir dos valores médios das variáveis de processo. Uma vez elaborados os cálculos, será lavrado um termo, que, se aceito, será subscrito por ambas as PARTES sem ressalvas.
- 7.8.1 - Por analogia ao disposto no item 7.7, aplicam-se ao caso previsto no item 7.8, acima, as mesmas disposições constantes dos subitens 7.7.1, 7.7.2 e 7.7.3, com as devidas adaptações.
- 7.9 - Não havendo acordo quanto à aferição do medidor, qualquer uma das PARTES poderá solicitar a sua aferição/calibração através de um órgão independente, nomeado de comum acordo. Os custos deverão ser de responsabilidade da PARTE solicitante caso o medidor seja considerado aferido e da PETROBRAS caso não esteja aferido.

- 7.10 - A PETROBRAS colocará à disposição da CIGÁS os dados de medição de uma determinada EMRP referentes à vazão, pressão e temperatura, como também, caso a EMRP disponha de cromatógrafo, os referentes à composição do GÁS.
- 7.11 A CIGÁS, em relação a toda estação de medição de sua propriedade que atenda a mais de um de seus clientes, deverá colocar à disposição da PETROBRAS os mesmos tipos de dados a que PETROBRAS, conforme item 7.10, se obriga a por à disposição da CIGÁS.
- 7.12 Os dados mencionados nos itens 7.10 e 7.11 poderão ser disponibilizados de forma contínua (on-line), desde que a EMRP ou a estação de medição de propriedade da CIGÁS, conforme o caso, disponha dos equipamentos necessários para tal.
- 7.13 Caso quaisquer dos EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO sejam usados ao mesmo tempo para atendimento deste CONTRATO e do CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÁS PETROBRAS, as PARTES deverão previamente ao INÍCIO DO FORNECIMENTO firmar documento no qual seja estabelecido o critério de alocação do gás medido entre os referidos contratos, bem como demais procedimentos relacionados à medição deste.

CLÁUSULA OITAVA – FORMA DE ENTREGA E TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE

- 8.1 - O GÁS será considerado entregue à CIGÁS, passando à sua propriedade, no ponto imediatamente a jusante dos medidores das ESTAÇÕES DE MEDIÇÃO da PETROBRAS ou do TRANSPORTADOR, estando uma delas situada nas proximidades da Usina termelétrica Mauá, situada no Bairro de Mauzinho, município de Manaus e a outra nas proximidades da usina termelétrica de Aparecida, situada no bairro de Aparecida, município de Manaus, conforme detalhado no Anexo II. Cada uma destas localidades denominada individualmente de PONTO DE ENTREGA e em conjunto como PONTOS DE ENTREGA.

- 8.1.1- As pressões manométricas e vazão máxima de entrega do GÁS à CIGÁS, em cada PONTO DE ENTREGA, situar-se-ão nos seguintes intervalos:

PONTO DE ENTREGA	Pressão normal (kgf/cm ²)	Pressão mínima (kgf/cm ²)	Vazão máxima liberada (mil m ³ /dia)
APARECIDA	35,7	37	500
MAUÁ	35,7	37	500



- 8.1.1.1 - A vazão horária será, no máximo, igual a 1/24 (um vinte e quatro avos) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL.
- 8.1.1.2 - A vazão instantânea será igual à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA, expressa em METROS CÚBICOS por hora.

CLÁUSULA NONA – PRAZO

- 9.1. O presente CONTRATO entra em vigência na data da sua assinatura e vigorará (i)

[Handwritten signature]

#86025 - v1

[Handwritten signature]



PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS





PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS



pelo prazo de 5 (cinco) ANOS, contados da data do INÍCIO DE FORNECIMENTO, caso a CIGÁS informe, na forma do item 3.2, uma QDC igual a zero ou (ii) pelo prazo de 20 (vinte) ANOS, contados da data do INÍCIO DE FORNECIMENTO, caso a CIGÁS informe, na forma do item 3.2, uma QDC superior a zero.

CLÁUSULA DEZ – GARANTIA DE FORNECIMENTO E DE RECEBIMENTO

Garantia de Fornecimento

- 10.1 - A PETROBRAS se compromete a cada DIA, colocar à disposição da CIGÁS a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA, desde que não supere a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL e observadas as demais disposições do CONTRATO.

Garantia de Recebimento

- 10.2 A CIGÁS se compromete a:

- i) adquirir e retirar diariamente da PETROBRAS não mais que 100% (cem por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA e não menos que 80% (oitenta por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA.
- ii) assegurar que a totalidade do GÁS que seja em qualquer DIA por ela consumido para atender os segmentos de mercado previstos objeto deste CONTRATO será adquirida da PETROBRAS, pelo menos até que se alcance, nesse DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL.
- iii) do INÍCIO DO FORNECIMENTO até o término do quinto ANO do CONTRATO pagar mensalmente à PETROBRAS o valor equivalente a QDR ou a QDP estabelecida na forma do item 11.1.2.3, o que for maior, multiplicado pelo PREÇO DO GÁS
- iv) do início do sexto ANO até o término do CONTRATO:
 - a) a cada ANO de vigência do CONTRATO, adquirir e retirar da PETROBRAS — e, mesmo que não retire, pagar — uma QUANTIDADE DE GÁS que, na média diária do correspondente ANO, seja igual ou superior a 80% (oitenta por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL, multiplicada pelo valor da PARCELA DA COMMODITY.
 - b) a cada MÊS de vigência do CONTRATO, pagar, no mínimo, o equivalente a 70% (setenta por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL, multiplicada pelo valor da PARCELA DA COMMODITY.
 - c) a cada MÊS de vigência do CONTRATO, pagar o equivalente a 100% (cem por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL, multiplicada pelo valor da PARCELA DO TRANSPORTE.



CLÁUSULA ONZE – PROGRAMAÇÃO DE RETIRADAS, FORNECIMENTOS, COMPROMISSOS E PENALIDADES POR INADIMPLEMENTO

Programação de retirada de GÁS

- 11.1 - A CIGÁS fornecerá mensalmente à PETROBRAS, com 20 (vinte) dias de antecedência ao início de cada MÊS de fornecimento, AVISO contendo a solicitação de retirada de GÁS referente ao próprio MÊS, e, a título indicativo, aos 02 (dois) MESES subseqüentes – levando em consideração, em ambos os casos, as PARADAS PROGRAMADAS.
- 11.1.1 - Em relação aos 02 (dois) MESES subseqüentes, a solicitação referida no item 11.1 explicitará, para cada MÊS, a quantidade total de GÁS objeto deste CONTRATO a ser retirada pela CIGÁS nos PONTOS DE ENTREGA.
- 11.1.2 - Em relação ao próprio MÊS, a solicitação referida no item 11.1 a CIGÁS indicará a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA para cada DIA do MÊS, para cada PONTO DE ENTREGA. Para que possa ser aceita como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA, a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA deverá ser compatível com a vazão máxima do PONTO DE ENTREGA, prevista na Cláusula Oitava.
- 11.1.2.2 - A QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA referida no item 11.1.2 explicitará a parcela da QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA que se pretende recuperar, a qual se denominará, quando da utilização, QUANTIDADE RECUPERADA pela CIGÁS.
- 11.1.2.3 - Caso a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA pela CIGÁS não supere a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL e respeite a vazão máxima do PONTO DE ENTREGA, considerar-se-á a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA automaticamente como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA.
- 11.1.2.4 - A QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para um determinado DIA, poderá ser alterada, mediante envio de AVISO, com 36 (trinta e seis) horas de antecedência do DIA do fornecimento correspondente.
- 11.1.2.5 - Após o recebimento de AVISO com pedido de alteração da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA efetuado pela CIGÁS, na forma do item 11.1.2.4, a PETROBRAS deverá emitir AVISO a CIGÁS informando sua possibilidade ou não de aceitar a alteração da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA até às 12:00 (doze horas) do DIA anterior ao DIA de fornecimento correspondente. Caso a PETROBRAS não se pronuncie neste prazo, considerar-se-á como não aceita a alteração da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA.
- 11.1.2.6 - Em qualquer das hipóteses acima, a soma da QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA pela CIGÁS neste CONTRATO e no CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÁS PETROBRAS não poderá ser superior a 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil) de METROS CÚBICOS por DIA.

Paradas Programadas

- 11.1.3 - Durante os períodos de PARADA PROGRAMADA a PETROBRAS estará dispensada do compromisso de disponibilizar GÁS para a CIGÁS, sem pagamento de qualquer penalidade ou indenização. Os compromissos da CIGÁS a que se refere o inciso iv do item 10.2 serão reduzidos durante os períodos de PARADA PROGRAMADA na forma prevista nos itens 11.2 e 11.9



11.1.3.1 - As PARADAS PROGRAMADAS da PETROBRAS não poderão exceder, na média anual de cada 5 ANOS, o equivalente a 15 (quinze) DIAS, alternados ou consecutivos, de fornecimento de GÁS observando-se, a cada ANO, o total máximo de 30 (trinta) DIAS de fornecimento de GÁS. A CIGÁS deverá efetuar suas PARADAS PROGRAMADAS juntamente com as da PETROBRAS. Caso a CIGÁS demonstre que realizar suas PARADAS PROGRAMADAS juntamente com as da PETROBRAS é inviável tecnicamente ou que implica em risco à integridade de suas instalações, a CIGÁS estará autorizada a efetuar PARADA PROGRAMADA por um período máximo de 3 (três) DIAS, alternados ou consecutivos, a cada ANO. A partir do início do sexto ANO, poderá ser considerada como PARADA PROGRAMADA da CIGÁS a interrupção de recebimento de GÁS objeto deste CONTRATO por cliente da CIGÁS que tenha firmado contrato de compra e venda de gás com a CIGÁS de volume de no mínimo 75.000 (setenta e cinco mil) METROS CÚBICOS por DIA, desde que seja previamente comprovado que tal interrupção no recebimento decorra exclusivamente de uma manutenção necessária e rotineira dos equipamentos do cliente da CIGÁS.

11.1.3.2 - As PARADAS PROGRAMADAS da PETROBRAS deverão ser informadas à CIGÁS, mediante AVISO, com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias. As PARADAS PROGRAMADAS da CIGÁS deverão ser informadas à PETROBRAS, mediante AVISO, acompanhado de toda a documentação referida no item 11.1.3.1 acima, com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias e confirmadas pela PETROBRAS no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento do AVISO.

Apuração dos Compromissos de Recebimento

11.2 A partir do INÍCIO DO FORNECIMENTO até o término do quinto ANO, será apurado ao término de cada MÊS se a CIGÁS cumpriu com o compromisso previsto no item 10.2(iii), da seguinte forma:

$$QNR_M = \sum_{j=1}^M QDP_j - \sum_{j=1}^M QN_{FFj} - \sum_{j=1}^M QN_{FMj} - \sum_{j=1}^M QM_j, \text{ onde:}$$

QNR_M - é a QUANTIDADE NÃO RETIRADA no MÊS, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;

M - é o número de DIAS do MÊS de fornecimento;

QN_{FFj} - é a parcela da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA que não tenha sido retirada no DIA "j" por motivo de FALHA NO FORNECIMENTO;

QN_{FMj} - é a parcela da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA que não tenha sido retirada no DIA "j" por FORÇA MAIOR;

QM_j - é a QUANTIDADE MEDIDA no DIA "j".

QDP_j - é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA no DIA "j" na forma do item 11.1.2.3;

11.2.1 - A partir do início do sexto ANO, será apurado se a CIGÁS cumpriu com os compromissos estabelecidos nos itens 10.2(iv)(a) e 10.2(iv)(b), da seguinte forma:

(a) para cada Mês:

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



$$QNR_M = (0,70 QDC \times M) - PP_M - \sum_{j=1}^M QN_{FMj} - \sum_{j=1}^M QN_{FFj} - \sum_{j=1}^M QDR_j$$

(b) para cada ANO:

$$QNR_A = (0,80 QDC \times A) - PPP_A - \sum_{j=1}^A QN_{FMj} - \sum_{j=1}^A QDR_j - \sum_{j=1}^A QN_{FFj} - \sum_{i=1}^{12} QNR_{Mi}$$

onde:

- QNR_M - É a QUANTIDADE NÃO-RETIRADA no MÊS, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;
- M - É o número de dias do MÊS em que ocorreu o fornecimento;
- PP_M - É a QUANTIDADE DE GÁS não entregue ou recebida em função de PARADAS PROGRAMADAS no MÊS;
- PPP_A - É a QUANTIDADE DE GÁS não entregue ou recebida em função de PARADAS PROGRAMADAS no ANO;
- QDC - É a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL vigente no MÊS e/ou no ANO de fornecimento;
- QN_{FFj} - É a QUANTIDADE DE GÁS que não tenha sido retirada no DIA "j" por motivo de FALHA NO FORNECIMENTO;
- QN_{FMj} - É a QUANTIDADE DE GÁS que não tenha sido retirada no DIA "j" por FORÇA MAIOR;
- QDR_j - É a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA no DIA "j";
- QNR_A - É a QUANTIDADE NÃO-RETIRADA de GÁS no ANO, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;
- I - É o número de MESES do ANO de fornecimento
- A - É o número de dias do ANO de fornecimento.

QUANTIDADE NÃO RETIRADA – Montante Devido

11.3 - O valor a ser pago pela CIGÁS à PETROBRAS, em caso do descumprimento do compromisso de retirada mínima de GÁS, previsto no item 10.2, será o produto da multiplicação da QUANTIDADE NÃO RETIRADA no período em questão, pelo valor da PARCELA DA COMMODITY aplicável, vigente na data da emissão do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, exclusive os tributos incidentes sobre sua comercialização.

11.3.1 - O pagamento referido no item 11.3 será feito no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de recebimento pela CIGÁS de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido pela PETROBRAS efetuando a cobrança — sujeitando-se o não-pagamento nesse prazo aos mesmos acréscimos e demais regras aplicáveis às faturas de fornecimento de GÁS pagas em atraso, conforme Cláusula Sexta deste CONTRATO..

QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA

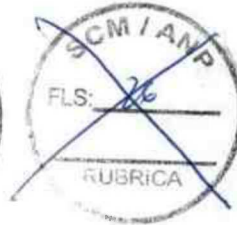
11.4 - Uma vez efetuado o pagamento do valor a que se refere o item 11.3 QUANTIDADE NÃO RETIRADA somar-se-á ao saldo de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS anteriormente acumuladas.

QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS – Recuperação

11.5 - A QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA poderá ser recuperada, sempre em GÁS, total ou parcialmente, pela CIGÁS — por AVISO, na forma do item 11.1 —, somente quando no referido MÊS, o somatório da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) supere 70% (setenta por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC). A



PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS



QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA entre o INÍCIO DO FORNECIMENTO e o término do quinto ANO poderá ser recuperada pela CIGÁS até o término do sétimo ANO. A QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA entre o início do sexto ANO até o término do CONTRATO poderá ser recuperada pela CIGÁS durante o ANO seguinte ao da sua apuração.

- 11.5.1 - A parcela efetivamente recuperada pela CIGÁS do saldo de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS NO ANO (QPNR_A) será denominada QUANTIDADE RECUPERADA (QRC) e será, no momento de tal reintegração, deduzida do referido saldo.
- 11.5.2 - Pela QUANTIDADE RECUPERADA (QRC), a CIGÁS pagará à PETROBRAS a parcela correspondente aos tributos incidentes, na forma do item 5.6 acima, quando aplicáveis. A recuperação da QPNR não dará ensejo à redução ou modificação do pagamento de qualquer obrigação relacionada com o transporte do GÁS ou com o compromisso de pagamento de transporte firme a que se referem os itens 10.2(iv)(c) e 11.9, nas formas e prazos previstos neste CONTRATO.
- 11.5.3 - Encerrado o CONTRATO ou no ANO seguinte ao da apuração de determinada QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA, ou ao término do 7º (sétimo) ANO para a QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA apurada até o término do 5º (quinto) ANO, o saldo de tal QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA será considerado como tendo sido extinto, havendo ou não remanescente, não mais assistindo à CIGÁS qualquer direito à recuperação.

Penalidade por retirada maior que a programada

- 11.6 - Caso, em determinado DIA, a CIGÁS retire uma QUANTIDADE DE GÁS superior à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA para o PONTO DE ENTREGA, então pagará à PETROBRAS, além do faturamento normal, uma penalidade calculada pela seguinte fórmula:

$$P_{RMP} = (QM - QDP) \cdot 0,3 \cdot PG$$

P_{RMP} - é o valor da penalidade por retirada maior que a programada, a ser paga pela CIGÁS à PETROBRAS;

QM - é a QUANTIDADE MEDIDA, no DIA em que ocorreu uma retirada maior que a programada no PONTO DE ENTREGA;

QDP - é QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA para o PONTO DE ENTREGA;

PG - é o PREÇO DO GÁS, conforme Cláusula Quinta, vigente no último DIA do MÊS em que a CIGÁS tenha retirado uma quantidade de GÁS superior à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA.

- 11.6.1 - O pagamento da penalidade a que se refere o item 11.6 será efetuado no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de recebimento pela CIGÁS de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido pela PETROBRAS efetuando a cobrança da referida penalidade — sujeitando-se o não-pagamento nesse prazo aos mesmos acréscimos e demais regras aplicáveis às faturas de fornecimento de GÁS pagas em atraso, conforme Cláusula Sexta deste CONTRATO.

4

1

Handwritten signature



Penalidade por retirada menor que a programada

- 11.7 - Caso, em determinado DIA, a CIGÁS retire uma QUANTIDADE DE GÁS inferior a 80% (oitenta por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA para o PONTO DE ENTREGA, então pagará à PETROBRAS, além do faturamento normal, uma penalidade calculada pela seguinte fórmula:

$$P_{RME} = (0,80. QDP - QM) . 0,10. PG, \text{ onde :}$$

P_{RME} - é o valor da penalidade por retirada menor que a programada, a ser paga pela CIGÁS à PETROBRAS;

QDP - é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA para o PONTO DE ENTREGA;

QM - é a QUANTIDADE MEDIDA, nesse DIA, no PONTO DE ENTREGA;

PG - é o PREÇO DO GÁS, conforme Cláusula Quinta, vigente no último DIA do MÊS em que a CIGÁS tenha retirado uma QUANTIDADE DE GÁS inferior à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA

- 11.7.1 - O pagamento da penalidade a que se refere o item 11.7 será efetuado no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de recebimento pela CIGÁS de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido pela PETROBRAS efetuando a cobrança da referida penalidade — sujeitando-se o não-pagamento nesse prazo aos mesmos acréscimos e demais regras aplicáveis às faturas de fornecimento de GÁS pagas em atraso, conforme Cláusula Sexta deste CONTRATO.

Penalidade pela não Prioridade de Aquisição da QDC da PETROBRAS

- 11.8 - Caso, em determinado DIA, a CIGÁS descumpra o compromisso estipulado no item 10.2(ii) a CIGÁS pagará à PETROBRAS a importância calculada pela fórmula:

$$P = PG \times QT, \text{ onde:}$$

P é o valor da penalidade relativa ao DIA;
PG é o preço unitário total do GÁS no PONTO DE ENTREGA vigente no último DIA do mês de ocorrência do fato gerador da penalidade;
QT é a quantidade de gás (expressa em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA) consumida no DIA pela CIGÁS que não tenha sido adquirida pela CIGÁS da PETROBRAS, limitada à diferença de [QDC - QR - QFF], na qual:
QDC É a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL;
QR é a QUANTIDADE DE GÁS objeto do CONTRATO que tenha sido adquirida pela CIGÁS da PETROBRAS nesse DIA; e
QFF é a QUANTIDADE DE GÁS que, nesse DIA, tenha sido objeto de comprovada FALHA NO FORNECIMENTO.

- 11.8.1 - O pagamento da penalidade acima será efetuado no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de recebimento pela CIGÁS de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido pela PETROBRAS efetuando a cobrança da referida penalidade — sujeitando-se o não-pagamento nesse prazo aos mesmos acréscimos e demais



regras aplicáveis às faturas de fornecimento de GÁS pagas em atraso, conforme Cláusula Sexta deste CONTRATO.

Compromisso de Pagamento do Transporte Firme

- 11.9 A partir do sexto ANO, contados da assinatura do presente CONTRATO, mensalmente, independente de qual QUANTIDADE DE GÁS seja fornecida e durante a vigência deste CONTRATO, a CIGÁS deverá pagar à PETROBRAS o produto da PARCELA DO TRANSPORTE multiplicado pela QDC. Caso em determinado MÊS a CIGÁS consuma uma QUANTIDADE DE GÁS inferior a QDC deverá pagar à PETROBRAS a diferença entre a QDC e a QUANTIDADE DE GÁS efetivamente consumida, multiplicada pelo valor da PARCELA DE TRANSPORTE, conforme abaixo calculado:

$$PCT_M = \left[(QDC \times M) - PPM - \sum_{j=1}^M QNFM_j - \sum_{j=1}^M QNFF_j - \sum_{j=1}^M QM_j \right] \times PT \text{ onde:}$$

- PCT_M - É o valor a ser pago por força do compromisso de pagamento de transporte firme no MÊS em questão, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;
- M - É o número de dias do MÊS em que ocorreu o fornecimento;
- PP_M - É a QUANTIDADE DE GÁS não entregue em função de PARADAS PROGRAMADAS no MÊS realizadas exclusivamente pela PETROBRAS;
- QDC - É a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL vigente no MÊS e/ou no ANO de fornecimento;
- QN_{FFj} - É a QUANTIDADE DE GÁS que não tenha sido retirada no DIA "j" por motivo de FALHA NO FORNECIMENTO;
- QN_{FMj} - É a QUANTIDADE DE GÁS que não tenha sido retirada no DIA "j" por FORÇA MAIOR;
- QM_j - É a QUANTIDADE MEDIDA no DIA "j";
- PT - É o valor da PARCELA DO TRANSPORTE, acrescido dos tributos aplicáveis.

- 11.9.1 O pagamento do valor se refere este item 11.9 será efetuado no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de recebimento pela CIGÁS de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido pela PETROBRAS efetuando a cobrança — sujeitando-se o não-pagamento nesse prazo aos mesmos acréscimos e demais regras aplicáveis às faturas de fornecimento de GÁS pagas em atraso, conforme Cláusula Sexta deste CONTRATO.

Penalidade por FALHA NO FORNECIMENTO

- 11.10 Caracterizada uma FALHA NO FORNECIMENTO, a PETROBRAS deverá pagar à CIGÁS:

- (i) nos primeiros cinco ANOS de vigência do CONTRATO, correspondente ao valor obtido mediante a seguinte fórmula:

$$VM_D = 0,2 PG \times QF$$



regras aplicáveis às faturas de fornecimento de GÁS pagas em atraso, conforme Cláusula Sexta deste CONTRATO.

Compromisso de Pagamento do Transporte Firme

- 11.9 A partir do sexto ANO, contados da assinatura do presente CONTRATO, mensalmente, independente de qual QUANTIDADE DE GÁS seja fornecida e durante a vigência deste CONTRATO, a CIGÁS deverá pagar à PETROBRAS o produto da PARCELA DO TRANSPORTE multiplicado pela QDC. Caso em determinado MÊS a CIGÁS consuma uma QUANTIDADE DE GÁS inferior a QDC deverá pagar à PETROBRAS a diferença entre a QDC e a QUANTIDADE DE GÁS efetivamente consumida, multiplicada pelo valor da PARCELA DE TRANSPORTE, conforme abaixo calculado:

$$PCT_M = \left[(QDC \times M) - PPM - \sum_{j=1}^M QNFM_j - \sum_{j=1}^M QNFF_j - \sum_{j=1}^M QM_j \right] \times PT \text{ onde:}$$

- PCT_M - É o valor a ser pago por força do compromisso de pagamento de transporte firme no MÊS em questão, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;
- M - É o número de dias do MÊS em que ocorreu o fornecimento;
- PP_M - É a QUANTIDADE DE GÁS não entregue em função de PARADAS PROGRAMADAS no MÊS realizadas exclusivamente pela PETROBRAS;
- QDC - É a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL vigente no MÊS e/ou no ANO de fornecimento;
- QN_{FFj} - É a QUANTIDADE DE GÁS que não tenha sido retirada no DIA "j" por motivo de FALHA NO FORNECIMENTO;
- QN_{FMj} - É a QUANTIDADE DE GÁS que não tenha sido retirada no DIA "j" por FORÇA MAIOR;
- QM_j - É a QUANTIDADE MEDIDA no DIA "j";
- PT - É o valor da PARCELA DO TRANSPORTE, acrescido dos tributos aplicáveis.

- 11.9.1 O pagamento do valor se refere este item 11.9 será efetuado no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de recebimento pela CIGÁS de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido pela PETROBRAS efetuando a cobrança — sujeitando-se o não-pagamento nesse prazo aos mesmos acréscimos e demais regras aplicáveis às faturas de fornecimento de GÁS pagas em atraso, conforme Cláusula Sexta deste CONTRATO.

Penalidade por FALHA NO FORNECIMENTO

- 11.10 Caracterizada uma FALHA NO FORNECIMENTO, a PETROBRAS deverá pagar à CIGÁS:

- (i) nos primeiros cinco ANOS de vigência do CONTRATO, correspondente ao valor obtido mediante a seguinte fórmula:

$$VM_D = 0,2 PG \times QF$$



PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS



VM_D - é o valor líquido total, em moeda corrente, a ser pago pela PETROBRAS à CIGÁS a título de penalidade por FALHA NO FORNECIMENTO;

PG - é o PREÇO DO GÁS no DIA "j" de fornecimento, conforme Cláusula Quinta;

QF - é a QUANTIDADE FALTANTE de GÁS no DIA "j" de fornecimento;

(ii) a partir do sexto ANO de vigência do CONTRATO

(a) para QUANTIDADES DE GÁS até 400.000 m³/dia (Quatrocentos mil Metros Cúbicos por dia), correspondente ao valor obtido mediante a seguinte fórmula:

$$VM_D = 0,4 PG \times QF$$

(b) para QUANTIDADES DE GÁS superiores a 400.000 m³/dia (Quatrocentos mil metros cúbicos por dia), correspondente ao valor obtido mediante a seguinte fórmula:

$$VM_D = 0,2 PG \times QF$$

VM_D - é o valor líquido total, em moeda corrente, a ser pago pela PETROBRAS à CIGÁS a título de penalidade por FALHA NO FORNECIMENTO;

PG - é o PREÇO DO GÁS no DIA "j" de fornecimento, conforme Cláusula Quinta;

QF - é a QUANTIDADE FALTANTE de GÁS no DIA "j" de fornecimento;

(iii) do décimo quarto ANO ao vigésimo ANO de vigência do CONTRATO, correspondente ao valor obtido mediante a seguinte fórmula:

$$VM_D = 0,2 PG \times QF$$

VM_D - é o valor líquido total, em moeda corrente, a ser pago pela PETROBRAS à CIGÁS a título de penalidade por FALHA NO FORNECIMENTO;

PG - é o PREÇO DO GÁS no DIA "j" de fornecimento, conforme Cláusula Quinta;

QF - é a QUANTIDADE FALTANTE de GÁS no DIA "j" de fornecimento;

11.10.1 Acordam as PARTES que o ressarcimento acima estipulado representa a



totalidade de indenização exigível pela PETROBRAS, ainda que maior seja o montante dos eventuais prejuízos, nada mais havendo a pleitear em juízo ou fora dele.

- 11.10.2 O pagamento da penalidade a que se refere o item 11.10 será efetuado no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de recebimento pela CIGÁS de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido pela PETROBRAS efetuando a cobrança da referida penalidade — sujeitando-se o não-pagamento nesse prazo aos mesmos acréscimos e demais regras aplicáveis às faturas de fornecimento de GÁS pagas em atraso, conforme Cláusula Sexta deste CONTRATO.

CLÁUSULA DOZE – REVISÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

- 12.1 - As PARTES poderão, de comum acordo, rever as condições contratuais ora previstas, no que respeita as cláusulas de fundo técnico, econômico e comercial, caso ocorra por alterações supervenientes imprevisíveis que conduzam a um desequilíbrio econômico-financeiro que leve à excessiva onerosidade para qualquer das PARTES, impossibilitando o cumprimento de suas respectivas obrigações, desde que a PARTE prejudicada não tenha dado motivo a essa situação.
- 12.2 - A PARTE interessada notificará por escrito à outra, indicando as razões que amparam o pedido e solicitando a realização de reunião, a qual se realizará obrigatoriamente, dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar do recebimento do aviso.

CLÁUSULA TREZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

13.1 Conceito Genérico

Caracteriza-se como FORÇA MAIOR, com estrita observância da disposição contida no Artigo 393 e seu Parágrafo Único do Código Civil, qualquer evento ou circunstância que reúna os seguintes pressupostos:

- (a) tenha ocorrido e permanecido fora do controle da PARTE AFETADA;
- (b) a PARTE AFETADA não tenha concorrido, direta ou indiretamente, para o evento ou circunstância, quer em virtude de um inadimplemento de qualquer das suas obrigações nos termos deste CONTRATO, de um descumprimento da lei, de atuação com culpa, dolo, erro ou omissão da PARTE AFETADA;
- (c) a atuação da PARTE AFETADA, apesar de diligente e tempestiva, tenha sido insuficiente para impedir ou atenuar os efeitos da ocorrência do evento ou circunstância; e
- (d) tenha afetado ou impedido o cumprimento, pela PARTE AFETADA, de suas obrigações previstas neste CONTRATO.

13.2 Licenciamento Ambiental

Para fins deste CONTRATO será considerado como FORÇA MAIOR a não obtenção, a não renovação ou a revogação de licenças, permissões e/ou autorizações ambientais junto aos órgãos competentes que sejam necessárias para que as PARTES possam transportar, fornecer, distribuir e receber o GÁS, desde que a PARTE AFETADA tenha cumprido com todos os requisitos previstos nesta cláusula.



- 13.3 **Procedimento na Ocorrência de Força Maior.**
- 13.3.1 Caso uma PARTE deseje pleitear a exoneração do cumprimento de suas obrigações em função de qualquer hipótese ou circunstância de FORÇA MAIOR, deverá notificar por escrito à outra PARTE acerca do evento de FORÇA MAIOR, dentro do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após ter tomado conhecimento, e um segundo AVISO, em até 10 (dez) dias após o primeiro, onde a PARTE AFETADA deverá demonstrar detalhadamente a ocorrência da FORÇA MAIOR.
- 13.3.2 Cada AVISO entregue pela PARTE AFETADA à outra PARTE nos termos acima, especificará a hipótese ou circunstância de FORÇA MAIOR com relação à qual a PARTE AFETADA esteja pleiteando declaração. A não observância do procedimento aqui previsto implicará a suspensão das obrigações afetadas pela FORÇA MAIOR apenas quando for recebido pela outra PARTE o AVISO emitido pela PARTE AFETADA.
- 13.3.3 A PARTE AFETADA, em virtude de qualquer hipótese ou circunstância de FORÇA MAIOR com relação à qual tenha pleiteado exoneração nos termos deste item 13.3:
- (a) envidará seus esforços razoáveis para mitigar os efeitos de tal FORÇA MAIOR e para sanar qualquer incapacidade de cumprimento de suas obrigações aqui previstas em razão de tais hipóteses assim que razoavelmente viável;
 - (b) fornecerá relatórios semanais à outra PARTE acerca do andamento das gestões para que sejam superados os efeitos prejudiciais da hipótese de FORÇA MAIOR em questão;
 - (c) propiciará à outra PARTE meios razoáveis para a obtenção de informações adicionais sobre a hipótese ou circunstância de FORÇA MAIOR; e
 - (d) retomará o cumprimento de suas obrigações previstas no presente CONTRATO imediatamente após as hipóteses de FORÇA MAIOR serem sanadas, deixando de existir ou serem havidas por encerradas nos termos do parágrafo que se segue.

13.4 **Efeitos de FORÇA MAIOR.**

A PARTE AFETADA ficará exonerada de qualquer responsabilidade por atrasos no cumprimento ou descumprimento de suas obrigações previstas no presente CONTRATO, desde que tal descumprimento seja atribuível diretamente à hipótese de FORÇA MAIOR. A FORÇA MAIOR não exonerará uma PARTE de suas obrigações na medida de sua culpa concorrente ou de sua omissão em envidar a devida diligência para sanar a situação e remover a causa de maneira adequada e com toda presteza.

13.5 **Integração de Eventos de FORÇA MAIOR**

Para todos os fins previstos nesta cláusula e desde que comprovados os requisitos mencionados no item 13.1, consideram-se ainda, como FORÇA MAIOR da PETROBRAS, os eventos de FORÇA MAIOR que afetem as instalações do TRANSPORTADOR de forma a que este fique incapacitado de transportar as QUANTIDADES DE GÁS objeto deste CONTRATO, bem como FORÇA MAIOR da CIGÁS, eventos de FORÇA MAIOR, nos termos definidos neste CONTRATO, que afetem as instalações de clientes da CIGÁS que recebam GÁS objeto deste CONTRATO, de forma a que estes fiquem incapacitados de consumir o GÁS fornecido pela CIGÁS.

CLÁUSULA QUATORZE – RESCISÃO

- 14.1 Se a CIGÁS, alguma vez deixar de pagar, no todo ou em parte, o valor correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA devido à PETROBRAS em razão deste CONTRATO, estará configurado o inadimplemento da CIGÁS.

#86025 - 1



- 14.1.1 Configurado o inadimplemento, se no prazo de 10 (dez) dias os valores devidos à PETROBRAS pela CIGÁS, não forem pagos, acrescidos dos encargos moratórios, a PETROBRAS poderá, a seu exclusivo critério, suspender a entrega de GÁS à CIGÁS, até que a totalidade do montante devido, acrescido dos encargos moratórios previstos neste CONTRATO, seja pago.
- 14.1.2 A suspensão do fornecimento de GÁS na forma disposta no item 14.1.1 não eximirá a CIGÁS de qualquer outra obrigação relativa a este CONTRATO e não poderá ser invocada pela CIGÁS como motivo para sua rescisão e nem mesmo para a suspensão dos compromissos previstos neste CONTRATO.
- 14.2 Se a PETROBRAS alguma vez deixar de pagar, no todo ou em parte, o valor correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA que lhe seja apresentado pela CIGÁS, estará configurado o inadimplemento da PETROBRAS.
- 14.2.1 Configurado o inadimplemento, se no prazo de 10 (dez) DIAS os valores devidos pela PETROBRAS à CIGÁS, não forem pagos, acrescidos dos encargos moratórios, a Cigás poderá, a seu exclusivo critério, suspender os compromissos de Take or Pay, Ship or Pay, até que a totalidade do montante devido, acrescido dos encargos moratórios previstos neste CONTRATO, seja paga.
- 14.3 A PETROBRAS poderá resolver unilateralmente este CONTRATO, mediante envio de AVISO à CIGÁS, após transcorridos 40 (quarenta) DIAS de qualquer inadimplemento dentre os previstos no item 14.1, que não tenha sido plenamente sanado pela Cigás dentro dos referidos 40 (quarenta) DIAS.
- 14.3.1 Na hipótese de resolução do CONTRATO, comprovada a ocorrência de inadimplemento, segundo o CONTRATO, para dar causa à referida resolução, a CIGÁS:
- (i) estará obrigada a pagar à PETROBRAS, como indenização única aplicável em tal caso, o valor das perdas e danos diretos sofridos pela PETROBRAS, excluídos quaisquer danos indiretos e/ou lucros cessantes, decorrentes dessa resolução por inadimplemento, limitado o total desses pagamentos, em qualquer caso, ao valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais). Independentemente do aqui disposto, a CIGÁS deverá indenizar a PETROBRAS pelos valores que a PETROBRAS tiver que pagar a título de "ship or pay" ao TRANSPORTADOR, na proporção da QDC, pelo prazo remanescente original deste CONTRATO, observado o limite de indenização aqui previsto.
 - (ii) continuará responsável pelo pagamento dos valores devidos à PETROBRAS, constantes dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA já emitidos, observado o disposto no item 6.6
- 14.3.2 Acordam as PARTES que o ressarcimento acima estipulado representa a totalidade de indenização exigível pela PETROBRAS, ainda que maior seja o montante dos eventuais prejuízos, nada mais havendo a pleitear em juízo ou fora dele.
- 14.4 A CIGÁS poderá resolver unilateralmente este CONTRATO, mediante envio de AVISO à PETROBRAS após transcorridos 40 (quarenta) DIAS de qualquer inadimplemento da PETROBRAS dentre os previstos no item 14.2, que não tenha sido plenamente sanado pela PETROBRAS dentro dos referidos 40 (quarenta) DIAS.



PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS



14.4.1 Na hipótese de resolução do CONTRATO, comprovada a ocorrência de inadimplemento, segundo o CONTRATO, para dar causa à referida resolução, a PETROBRAS:

- (i) estará obrigada a pagar à CIGÁS, como indenização única aplicável em tal caso, o valor das perdas e danos diretos sofridos pela CIGÁS, excluídos quaisquer danos indiretos e/ou lucros cessantes, decorrentes dessa resolução por inadimplemento, limitado o total desses pagamentos, em qualquer caso, ao valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais). Independentemente do aqui disposto, a PETROBRAS deverá indenizar a CIGÁS por todo e qualquer prejuízo que venha a ser sofrido pela CIGÁS, em decorrência de pleitos de terceiros que tenham celebrado contrato de compra e venda do GÁS objeto deste CONTRATO, relacionados com a rescisão deste CONTRATO, observado o limite de indenização aqui previsto.
- (ii) permanecerá responsável pelo pagamento dos valores devidos à Cigas, constantes dos Documentos de Cobrança já emitidos, observado o disposto no item 6.6, assim como por restituir à CIGÁS o eventual resíduo de Quantidade, Paga e Não Retirada (QPNR) de GÁS.

14.4.2 Acordam as PARTES que o ressarcimento acima estipulado representa a totalidade de indenização exigível contra a PETROBRAS, ainda que maior seja o montante dos eventuais prejuízos, nada mais havendo a pleitear em juízo ou fora dele.

14.5 Além das hipóteses previstas nos itens 14.3 e 14.4, o presente CONTRATO poderá ser resolvido, sem responsabilidade alguma de qualquer PARTE perante a outra PARTE:

- a) por mútuo acordo das PARTES
- b) pela impossibilidade de consumo ou de fornecimento de GÁS em razão de FORÇA MAIOR por um período continuado maior que 12 (doze) MESES, em qualquer etapa;

CLÁUSULA QUINZE – TOLERÂNCIA

15.1 - Toda e qualquer tolerância quanto ao cumprimento pelas PARTES dos prazos e condições estabelecidos no presente contrato não significará renúncia a qualquer direito, alteração ou novação das disposições ora pactuadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DOMICÍLIO LEGAL E NOTIFICAÇÕES

16.1 - Para todos os efeitos legais derivados do presente CONTRATO, as PARTES constituem domicílios em:

i - **PETROBRAS:**

Av. Almirante Barroso, nº 81, 31º andar,
CEP 20031-004 – Rio de Janeiro – RJ
Tel: (21) 3229-4011



PETROLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS



Fax: (21) 3229-4003

Atenção: Gerência de Comercialização de Gás Natural
N/NE

ii - **CIGÁS**

Av. Tefé nº 3.279, 2º andar -

69078-000 - Manaus - AM

Tel: (92) 3237-9077

Fax: (92) 3237-9547

Atenção: Diretoria Técnica e Comercial

Únicos locais onde serão válidas todas as notificações ou comunicações a se efetuarem com relação a este CONTRATO.

16.2 - Qualquer uma das PARTES terá o direito de modificar o seu domicílio mediante AVISO.

CLÁUSULA DEZESSETE - SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

17.1 - ARBITRAGEM

Diante de quaisquer controvérsias concernentes à interpretação ou à execução deste CONTRATO, as PARTES, antes de qualquer outra medida, buscarão uma solução de consenso. Não se obtendo êxito nesse propósito, as controvérsias salvo aquelas que devam ser submetidas a um PERITO por vontade das PARTES ou porque assim esteja expressamente previsto neste CONTRATO serão resolvidas por um TRIBUNAL ARBITRAL, o qual aplicará, na solução da controvérsia, a legislação substantiva brasileira ("ARBITRAGEM").

17.1.1- A ARBITRAGEM será regida, em todos os seus procedimentos, pelas Regras de Conciliação e Arbitragem da *United Nations Commission On International Trade Law (UNCITRAL)* e será realizada na Cidade do Rio de Janeiro, sendo que a administração da Arbitragem caberá ao Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem associado à Associação Comercial do Estado do Rio de Janeiro. A ARBITRAGEM se dará sempre em caráter confidencial. A ARBITRAGEM será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade ou com base em usos e costumes. Em caso de conflito entre as Regras da UNCITRAL e as regras previstas nesta Cláusula Dezesete, prevalecerão as regras previstas neste CONTRATO.

17.1.2- O idioma de arbitragem e de sua decisão será o Português.

17.1.3 - O TRIBUNAL ARBITRAL será constituído de 3 (três) membros, e procederão observando-se as seguintes disposições:



- i. A PARTE que tiver suscitado a controvérsia (PRIMEIRA PARTE) enviará AVISO à outra PARTE (SEGUNDA PARTE), indicando claramente o objeto da controvérsia e informando o nome de seu ÁRBITRO (PRIMEIRO ÁRBITRO);
 - ii. dentro de 30 (trinta) dias do recebimento da AVISO supramencionada, a SEGUNDA PARTE informará à PRIMEIRA PARTE, também por AVISO, o nome de seu ÁRBITRO (SEGUNDO ÁRBITRO). Caso contrário, a PRIMEIRA PARTE poderá requerer à Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem associado à Associação Comercial do Estado do Rio de Janeiro que eleja o SEGUNDO ÁRBITRO;
 - iii. dentro de 14 (quatorze) dias da nomeação do SEGUNDO ÁRBITRO, ambos os ÁRBITROS elegerão um TERCEIRO ÁRBITRO, que presidirá os trabalhos;
 - iv. se não houver consenso sobre o TERCEIRO ÁRBITRO, sua indicação ficará a cargo da Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem associado à Associação Comercial do Estado do Rio de Janeiro, que deverá eleger o TERCEIRO ÁRBITRO dentro de 15 (quinze) dias após o requerimento de qualquer das PARTES.
- 17.1.3.1 - Nenhum ÁRBITRO será empregado de qualquer das PARTES, ou de pessoa natural ou jurídica que controle, seja controlada por, ou esteja sob controle comum de qualquer das PARTES, nem manterá ou terá mantido relações de negócio relevantes com qualquer das PARTES nos últimos 5 (cinco) anos, sendo independentes e imparciais.
- 17.1.4 - Na hipótese das Regras da UNCITRAL serem omissas quanto a quaisquer aspectos procedimentais, as omissões serão supridas pelos ÁRBITROS por referência, nesta ordem:
- a) à Lei 9.307/96; e
 - b) ao Código de Processo Civil Brasileiro.
- 17.1.5- No prazo de 90 (noventa) dias a partir da instituição da ARBITRAGEM, os ÁRBITROS apresentarão um laudo detalhado (LAUDO ARBITRAL).
- 17.1.6- O LAUDO ARBITRAL detalhará e qualificará as responsabilidades da(s) PARTE(S), bem como indicará a fração dos honorários e despesas e custos de ARBITRAGEM imputados a cada PARTE. Será emitido por escrito e vinculante para as PARTES. Será irrecorrível, salvo nos casos previstos na Lei no. 9.307/96.

17.1- PERITAGEM

Sem prejuízo da ARBITRAGEM prevista no item 17.1, as PARTES reconhecem que determinadas controvérsias resultantes deste CONTRATO poderão ser resolvidas por PERITAGEM, em especial as matérias relacionadas a assuntos eminentemente técnicos, ou aquelas em que o CONTRATO recomendem uma PERITAGEM como método inicial para solução de controvérsia. Não obstante, as PARTES reconhecem que, havendo divergência quanto ao cabimento da PERITAGEM, a controvérsia deverá ser submetida à ARBITRAGEM. Da mesma forma, havendo dissenso quanto aos efeitos, alcance ou exeqüibilidade da



PERITAGEM, ou da decisão proferida pelo PERITO, a controvérsia deverá ser submetida à ARBITRAGEM, hipótese em que o TRIBUNAL ARBITRAL deverá, na resolução da controvérsia, levar em consideração as conclusões do PERITO quanto às questões técnicas a ele submetidas.

Para que uma controvérsia seja submetida a um PERITO, serão aplicados os dispositivos enumerados nos itens de 17.3.1 a 17.3.6.2.

17.3.1 - Nomeação do PERITO:

Os procedimentos para nomeação do PERITO serão os seguintes:

- a) a PARTE que desejar submeter a controvérsia a um PERITO deverá comunicar tal intenção à outra PARTE, mediante AVISO, relatando, de forma pormenorizada, os motivos da controvérsia;
- b) de comum acordo, as PARTES deverão — no prazo de 21 (vinte e um dias) da entrega do AVISO a que se refere o subitem precedente — designar o PERITO responsável pelo exame da matéria controvertida;
- c) se dentro do prazo definido no subitem precedente as PARTES não chegarem a um consenso sobre o PERITO a ser designado, então a PARTE que tiver suscitado a controvérsia deverá, no prazo de 5 (cinco) dias, contratar a referida peritagem junto a uma das seguintes empresas internacionalmente reconhecidas e com representação no país: Det Norske Veritas (DNV), Bureau Veritas (BV), American Bureau of Shipping (ABS) e Lloyd's Registers;
- d) os termos do instrumento de nomeação do PERITO, inclusive honorários, serão acordados entre este e as PARTES, ressalvada a hipótese do item c) acima, que deverão cooperar no sentido de seu apronto no prazo mais breve possível;
- e) na superveniência ou revelação de fato que possa colocar sob suspeita a isenção ou a qualificação de um PERITO em relação à controvérsia, ou porque alguma PARTE considere que existe risco material em algum conflito de interesses que possa influir na decisão do PERITO —, então qualquer PARTE poderá — no prazo de 7 (sete) dias contados da data em que tome ciência desse fato, de sua revelação ou omissão — requerer a substituição do PERITO.

17.3.2 - Qualificações do PERITO:

A pessoa a ser nomeada como PERITO:

- i. deverá ser qualificada por formação técnica, experiência e treinamento para opinar sobre a controvérsia;



- ii. não poderá ter conflito de interesses, antes ou depois de aceitar sua nomeação. Havendo conflito, o nomeado, se desejar atuar na solução da controvérsia, deverá desvincular-se dos interesses ou compromissos (anteriores ou posteriores), após o que, as PARTES decidirão se confirmam ou não a nomeação feita;
- iii. não poderá, se pessoa física, no momento de sua nomeação ou durante sua atuação como PERITO de tal controvérsia, ocupar cargo de diretor, chefe de escritório, empregado, prestador de serviço, ainda que por pessoa interposta ou consultor de uma das PARTES ou de alguma afiliada das mesmas; nem poderá ter ocupado qualquer desses cargos nos 12 (doze) meses anteriores a sua nomeação como PERITO.

17.3.3 - Confidencialidade:

Todas as informações, dados ou documentos enviados ao PERITO por qualquer PARTE devem ser consideradas como confidenciais, não podendo ser reveladas pelo PERITO a pessoa alguma, à exceção de seus empregados ou consultores profissionais, ficando, de qualquer forma, condicionada a revelação ao disposto no subitem 17.3.3.1.

17.3.3.1 - Os empregados ou consultores profissionais do PERITO deverão, antes do recebimento das informações, dados ou documentos a que se refere o item 17.3.3 supra, assumir obrigações específicas com o PERITO no sentido de mantê-los sob estrita confidencialidade.

17.3.4 - Obrigações e Prerrogativas do PERITO:

As obrigações do PERITO deverão estar dispostas no instrumento de sua nomeação, dentre as quais, necessariamente, as seguintes:

- i. apurar com imparcialidade a controvérsia, baseando-se tão-somente nos fatos e dados apresentados pelas PARTES;
- ii. decidir a controvérsia no prazo determinado — que não poderá exceder 60 (sessenta) dias após a confirmação de sua nomeação, descontados os dias de demora no recebimento de informações solicitadas ou de respostas a consultas ou notificações enviadas a qualquer PARTE;
- iii. apresentar, por escrito, às PARTES, antes de findo o prazo definido conforme o subitem precedente, minuta do documento em que manifeste, fundamentadamente, sua decisão sobre a controvérsia;
- iv. manter e diligenciar pela confidencialidade a que se refere o item 17.3.3;
- v. notificar previamente à outra PARTE, qualquer reunião que tencione realizar com uma PARTE, facultando àquela outra a participação no referido encontro;



- vi. devolver, à PARTE que lhes tiver remetido, todos os documentos (e respectivas cópias) encaminhados para a execução de seu trabalho, tão logo o tenha concluído.

17.3.4.1 - O PERITO deverá ignorar todas as informações a ele remetidas após o prazo de 30 (trinta) dias de sua nomeação, salvo as enviadas para atendimento a um pedido específico, cujo prazo de entrega será de no máximo 10 (dez) dias da solicitação do PERITO.

17.3.4.2 - O PERITO terá, dentre outros estabelecidos no instrumento de sua nomeação, os direitos de requerer às PARTES quaisquer informações adicionais que considere necessárias ao julgamento da controvérsia, bem como a contratação, para este fim, de qualquer técnico ou consultor independente.

17.3.5 - Obrigações e direitos das PARTES

Cada PARTE terá, em relação ao PERITO e à outra PARTE, o seguinte elenco de obrigações, com vista à submissão da controvérsia à PERITAGEM:

- i. enviar ao PERITO, no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua nomeação, os documentos com as informações necessárias ao julgamento da controvérsia;
- ii. dispor para o PERITO, no prazo máximo de 10 (dez) dias da solicitação, todas as informações adicionais específicas que o PERITO julgue necessárias ao desenvolvimento de seu trabalho;
- iii. enviar simultaneamente à outra PARTE cópias dos documentos com as informações a que se referem as duas alíneas precedentes;
- iv. arcar com os respectivos custos para envio das informações ao PERITO e à outra PARTE, bem como as despesas com advogados, consultores, testemunhas, empregados e outras pessoas envolvidas nesse processo;
- v. arcar com 50% (cinquenta por cento) dos custos e despesas comuns de PERITAGEM, dentre os quais:
 - honorários do PERITO;
 - honorários de consultor independente requisitado pelo PERITO, desde que aceito de comum acordo pelas partes;
- vi. acatar a decisão final do PERITO, salvo na hipótese de fraude ou erro em relação a LEIS ou fatos materiais, ou de comprovada apreciação inadequada de tais fatos.

17.3.5.1 - Dentre os direitos de cada PARTE, enumeram-se:



- i. o de participar de quaisquer reuniões do PERITO com a outra PARTE, desde que comunique por escrito ao PERITO, no prazo de 5 (cinco) dias de recebimento da AVISO a que se refere o item 17.3.4(v), sua intenção de participar da mesma;
- ii. o de comentar ou contestar informações enviadas pela outra PARTE ao PERITO, desde que o faça por escrito e no prazo de 10 (dez) dias de recebimento de tais informações.

17.3.6 - Outras Disposições

Se dentro do prazo determinado — que não poderá exceder 60 (sessenta) dias da nomeação, salvo por consentimento expresso das PARTES — o PERITO não tiver apresentado sua decisão, então, a pedido de qualquer PARTE, outro PERITO deverá ser eleito. Entretanto, o novo PERITO somente atuará na solução da controvérsia se até a data de sua investidura não tiver sido ainda oferecida a decisão do antigo PERITO. Sendo oferecida a decisão, esta será acatada pelas PARTES e cessarão os efeitos da nomeação do novo PERITO.

17.3.6.1 - Após a decisão final, a PARTE vencedora será reembolsada, pela PARTE perdedora, de todos os custos em que comprovadamente tiver incorrido para realizar a PERITAGEM.

17.3.6.2 - Aplica-se, subsidiariamente a este item, naquilo que não se lhe conflitar, a Lei 9.307, de 22 de setembro de 1996.

17.4 Fica eleito o foro da cidade do Brasília, DF, com exclusão de qualquer outro, ainda que privilegiado em relação ao aqui eleito, para: (i) execução do LAUDO ARBITRAL; (ii) dirimir quaisquer questões decorrentes do CONTRATO que não possam, por expressa disposição de lei, ser solucionadas por ARBITRAGEM; (iii) medidas judiciais que visem a obtenção de medidas cautelares para proteção ou salvaguarda de direitos previamente à instauração do TRIBUNAL ARBITRAL, sendo que o julgamento do mérito da ação principal correspondente será de competência exclusiva do TRIBUNAL ARBITRAL.

CLÁUSULA DEZOITO – NULIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Se a qualquer momento posterior à data deste instrumento qualquer disposição deste CONTRATO for considerada ilegal, nula ou inexecutável por qualquer tribunal competente, essa disposição não prejudicará a executabilidade de nenhuma outra disposição deste CONTRATO, na medida e na extensão dessa cláusula considerada ilegal, nula ou inexecutável. Ocorrendo esta hipótese, as PARTES deverão celebrar aditivo ao CONTRATO substituindo a cláusula considerada ilegal, nula ou inexecutável, por outra que gere os mesmos efeitos e que seja legal, válida e executável.

CLÁUSULA DEZENOVE – CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E SUBROGAÇÃO



PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS



- 19.1 - A PARTE que desejar ceder, transferir, e sub-rogar seus direitos e obrigações do CONTRATO, deverá manifestar sua intenção mediante AVISO, e dentro de 90 (noventa) dias seguintes à data do recebimento de tal AVISO, a outra PARTE deverá conceder a sua autorização ou justificar sua recusa.
- 19.2 - O CONTRATO poderá ser cedido, no todo ou em parte, sem prévia anuência da outra parte, a uma subsidiária ou sucessora, que reúna as mesmas ou similares condições de garantia técnica e solvência econômica que a cedente, com a efetiva transferência e sub-rogação de todos os direitos e obrigações estipulados no CONTRATO.

CLÁUSULA VINTE – CONFORMIDADE DAS PARTES

- 20.1 - Ambas as PARTES expressam a sua conformidade com o teor integral do presente CONTRATO, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento, em fé do que são firmadas na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas, 2 (duas) vias de um mesmo teor e para um só efeito, aos dias do mês de de dois mil e seis.

Rio de Janeiro, 1º de Setembro de 2006.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS

Luiz Antonio Costa Pereira
Gerente Geral de
Comercialização de Gás Natural
Matr.: 011543-0

CIA DE GÁS DO AMAZONAS – CIGÁS

ARNESTO FERREIRA
Diretor Presidente

HERMANN DARWIN VASCONCELOS
Diretor Técnico e Comercial

TESTEMUNHAS: